

PLANEJAMENTO REGIONAL: O CASO DO VALE DO PARAÍBA

Horácio Morita¹ Marcel Fantin², Renato da C. Oliveira³, Veriano T. Miura⁴

1, 2, 3, 4 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPD, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova, 12244-000, São José dos Campos, SP

Palavras-chave: Planejamento, Regionalismo, Regionalização.

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

O Vale do Paraíba a mais de um século se tornou região estratégica para o desenvolvimento brasileiro, recebendo atenção por parte do Governo Federal e Estadual os quais realizaram sucessivamente planos de desenvolvimento, atingindo o seu ápice econômico até os anos 70 com a implantação de um parque industrial e de instituições de tecnologia, apoiados no planejamento urbano regional. Porém, a crise econômica das décadas seguintes atingiu o país como um todo, caracterizando uma época de retrações, incluindo principalmente a inibição do planejamento urbano regional, gerando polêmica entre as diferentes concepções de regionalização. Atualmente no caso do Vale do Paraíba existem duas propostas mais evidentes para o planejamento regional, a primeira é a proposta do Governo do Estado, que confronta a segunda proposta, de autoria do Deputado estadual Carlinhos Almeida, caracterizando uma discussão entre as concepções essencialmente políticas, e das concepções sobre nova realidade da Região.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão baseados nos conceitos doutrinários do Planejamento Urbano e Regional.

Primeiramente, realizou-se uma Revisão Bibliográfica que compreende as fases de pesquisa, transcrição, descrição e classificação das informações textuais.

Posteriormente, realizou-se o levantamento das propostas de desenvolvimento regional existentes e suas características.

Assim, foi possível efetuar a integração da revisão bibliográfica, mapas e levantamentos.

As informações completas do trabalho foram registradas através relatórios e fichas padronizadas dos pontos de interesse.

A análise permitiu diagnosticar as propostas de desenvolvimento regionais existente suas implicações no Vale do Paraíba.

CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

O ciclo do café, aliado a queda da e as mudanças no cenário político brasileiros elevaram a cidade de São Paulo a uma condição de igual importância à Capital nacional, e desde então o Vale do Paraíba, região entre as duas metrópoles, foi sucessivamente incluído nos planos de desenvolvimento nacional. A região se caracteriza pelas Serras da Mantiqueira, e do Mar, mais o Rio Paraíba do Sul e desde os anos 50 é também caracterizada pela Via Presidente Dutra. Na visão daquela época havia necessidade de se desenvolver o parque industrial brasileiro assim como a expansão urbana do país. O vale do Paraíba recebeu indústrias de base como a Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, e da Petrobrás, seguidamente vieram as indústrias e instituições voltadas para a tecnologia, com Carter bélico: Embraer, CTA, ITA, Engesa, Avibrás. Finalmente vieram empresas multinacionais e surgimento de Universidades, como a Feg, Unitaú, e Univap entre outras, gerando um crescimento populacional e urbano no extremo oeste da região, notoriamente maior do que qualquer período anterior, e consagrando a região como pólo industrial, condição que hoje não

é negada, mas é característica de uma parte de toda Região, que não possui a homogeneidade, pois é formada por 40 municípios que na sua maioria não são tão semelhantes ao ponto de se integrarem à aos planos regionais, tanto na implantação de indústrias e execução das propostas de planejamento, que é um dos desafios atuais para o planejamento do Vale do Paraíba.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Muitos dos objetivos dos planos de desenvolvimento para o Vale do Paraíba foram atingidos, a proposta de implantar o parque industrial entre o Rio de Janeiro e São Paulo foi executada, porém um dos resultados do modo que foi implantado projeto é a disparidade econômica entre os 40 municípios da região, pois houve uma concentração das empresas e instituições em um trecho restrito às margens da Via Presidente Dutra, indo de Jacareí à Pindamonhangaba. Incluindo Guaratinguetá, beneficiando diretamente apenas seis municípios da Região, reforçando a decadência econômica histórica dos outros municípios desde o final do ciclo cafeeiro.

Outra questão é a contradição legislativa referente ao novo federalismo, que da autonomia ao município gerando inibição do Governo Estadual e Federal no tocante ao planejamento regional, e nas políticas de desenvolvimento, repassando aos municípios obrigações e tarefas que anteriormente eram executadas por essas esferas superiores. A gestão pública local tem se dado mais através de ações políticas do que trabalhos de técnicos gerando frequentemente polêmicas, baseadas em noções muito abstratas e particulares sobre planejamento e integração regional, geralmente ligado ao controle político da região.

O desafio do planejamento regional no Vale do Paraíba é realizar um desenvolvimento mais igualitário para os seus municípios dentro dos aspectos legais, regulando melhor esse novo poder dado aos municípios questionando até mesmo se existe uma única região apenas entre o Rio e São Paulo, neste contexto surgem críticas à proposta da Secretaria de planejamento do Estado de São Paulo, que tem na pessoa do deputado Carlinhos de Almeida o crítico maior crítico.

PLANEJAMENTO ATUAL

A proposta básica da Secretaria de Planejamento

Tornar o Vale do Paraíba parte da região metropolitana de São Paulo, o que é chamado de Centro Metropolitano Expandido (CME). Essa zona metropolitana seria subdividida em urbana três micro regiões e uma aglomeração urbana.



Mapa da proposta da Secretaria de Planejamento.

- Microrregião de Cruzeiro – Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, Areias, Silveiras, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal.
- Microrregião da Mantiqueira – São Bento do Sapucaí, Campos do Jordão, Santo Antonio do Pinhal e Monteiro Lobato.
- Microrregião do Litoral – Ubatuba, Caraguatatuba, Ilha Bela e São Sebastião
- Aglomeração Urbana da Calha do Vale – Aparecida, Caçapava, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lorena, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, São José dos Campos, São Luis do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.

A proposta tem o objetivo de preparar a região metropolitana de São Paulo, e o Vale do Paraíba para se tornarem competitivos no mercado globalizado. Em seguida temos o texto segundo a Secretaria de Planejamento

“Os anos finais do século XX geraram processos que vêm alterando profundamente as relações entre países e regiões. Há evidências da emergência de novas formas de organização do território que guardam semelhança em vários países e

que alteram a estrutura interna das grandes cidades e apontam novos desenhos para as redes urbanas.

Tais alterações na forma como se organiza o espaço estão relacionadas às mudanças, derivadas de novos padrões tecnológicos, no processo de produção, que o tornam menos vertical e menos rigidamente segmentado, ampliando as relações entre produtores, fornecedores e clientes, associado às consequências **advindas da abertura de mercados que** acompanha o processo de globalização da economia.

Essas mudanças rebatem na organização territorial, favorecendo a formação de estruturas em redes mais horizontais, onde o fenômeno da polarização se dilui para dar lugar a conjuntos de cidades com funções complementares entre si. **Esses conjuntos urbanos altamente integrados tendem a formar uma única bacia de empregos, de residência e de atividades, com intensos fluxos entre si (de pessoas e de mercadorias) e com fortes relações com o mercado globalizado.** Eles têm peso expressivo na produção e renda geradas pelo setor industrial e vêm crescendo em importância pela diversificação e ampliação de suas atividades de comércio e serviços.

Estaríamos, portanto, diante de um novo fato urbano de caráter metropolitano, não mais caracterizado pela existência de territórios conurbados, mas pela presença de um conjunto de cidades. Seu desempenho econômico e social se faz em estreito intercâmbio entre as cidades que mantêm relações de trocas intensas e cotidianas.

Diretamente polarizado pelo conjunto estão as áreas com funções turísticas importantes, numa perspectiva de desenvolvimento futuro, onde funções terciárias relacionadas ao lazer e entretenimento ganham crescente importância no mundo atual: litoral norte e áreas da **Mantiqueira (Campos do Jordão, região do Circuito das Águas e região de Bocaina**.

O surgimento desses espaços está relacionado ao avanço das tecnologias de comunicações e de transportes que alteram as relações entre espaço e tempo e as relações dos indivíduos e das atividades econômicas com o espaço.

O Estado de São Paulo dispõe da rede urbana mais completa e diversificada do País. Esta rede apresenta atualmente um conjunto de importantes cidades de porte médio que vem ganhando destaque nos últimos 30 anos. Dentre estas cidades se destaca, pelo desempenho econômico e pela dinâmica demográfica acelerada, um subconjunto situado num raio aproximado de 150 km, a partir de São Paulo, ao longo dos principais eixos econômicos que fazem a ligação com o interior e que inclui as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas; e outros aglomerados urbanos: **Vale do Paraíba, Sorocaba, Jundiaí e cidades vizinhas.**

Esse complexo urbano, que constitui a região de maior atratividade para novos investimentos no País, compõe, na verdade, um Complexo Metropolitano Expandido, com funções intimamente interligadas e com alto potencial de crescimento, cujo desempenho deve ser analisado em conjunto. As diversas subáreas que o compõem mantêm imensas trocas entre si, em razão de perfis econômicos complementares, gerando fluxos cotidianos, tanto em termos de passageiros como de bens, além de intenso intercâmbio eletrônico.

A importância estratégica dessa região tem de ser considerada na formulação de políticas de desenvolvimento, no momento em que o País busca sua inserção nos blocos econômicos internacionais, Alca e Mercosul, e numa conjuntura que aponta para a retomada de um ciclo de estabilidade econômica e de crescimento. “

**SÍNTESE DA PROPOSTA DO SR.
DEPUTADO ESTADUAL CARLINHOS DE
ALMEIDA**



Mapa da proposta do Sr. Deputado Estadual Carlinhos de Almeida.

Criticando o governo do Estado, o deputado coloca como desfavorável a limitação do caráter essencialmente econômico que o trabalho da Secretaria de Planejamento tem, não contemplando as articulações sociais, e culturais entre as cidades, assim como os seus anseios, que estariam subordinada aos interesses da região metropolitana de São Paulo.

Acreditando que é mais eficiente antecipar as situações e problemas comuns das grandes metrópoles é melhor do que saná-los, Carlinhos levanta dados que demonstram o atual estágio de desenvolvimento que o Vale tem, estágio que é compatível e o caracteriza como região metropolitana, segundo ou próprios artigos da Constituição Estadual.

Outro ponto que seria interessante é que essa condição de Região Metropolitana daria a região mais independência através dos recursos previstos em lei.

Vale também notar os seguintes instrumentos legais que seriam criados por essa proposta:

Conselho de Desenvolvimento da R.M. do Vale do Paraíba seria um órgão de caráter deliberativo que equilibraria os pesos dos municípios menores na definição e direcionamento de recursos na região, através da participação de representantes dos poderes executivo, e legislativo mais representantes da sociedade civil local. Criando assim condições de regular melhor a relação entre Estado e Município, seja referente aos planos propriamente ditos, com também nas peculiaridades econômicas e tributárias. Sendo um meio possibilitar a participação da população nas decisões governamentais.

O ponto mais importante que surge na criação da R.M. Vale do Paraíba é justamente algo que não foi definido por nenhuma das propostas do governo Estadual, nos referimos a questão da origem dos fundos de financiamento. Na proposta do deputado C. Almeida, existia um fundo próprio de desenvolvimento para o Vale, o qual é previsto em lei para R. Metropolitanas. O fundo é ligado e administrado pelo Estado, seguindo os projetos e diretrizes elaborados pelo 1 Conselho de Desenvolvimento da R.M. do

Vale do Paraíba, também contaria com arrecadação proveniente dos municípios da região, e de recursos mais comuns de combrança já existente, como impostos e multas.

A POLÊMICA, críticas a proposta da secretaria de planejamento

“É visivelmente um projeto improvisado. Foi difícil o governo aceitar pelo menos entrar neste debate e agora a proposta que apresenta é desanimadora, carente até de conhecimento sobre a região. A verdade é que o governo não está disposto a democratizar o poder de decisão sobre a região”.

Nenhum dos projetos apresentados pelo governo oferece o grau de autonomia que seria alcançado com a instituição de uma Região Metropolitana. Na opinião do deputado Carlinhos, o governo não quer abrir mão da velha política do “pires na mão” de cada prefeito fazendo pedidos ao governador. “Numa região metropolitana, o conjunto das cidades tem o mesmo poder que o governo do estado na hora de decidir o que é mais importante para a região. Isso eleva a política de uma estágio de ‘favores’ para um estágio de planejamento e racionalidade”.

Carlinhos aponta para uma incoerência na postura do governo pois ao mesmo tempo que rejeita a idéia da Região Metropolitana alegando uma grande heterogeneidade entre as cidades, propõe um agrupamento que põe no mesmo aglomerado urbano cidades como São José dos Campos e Redenção da Serra, por exemplo.

“Eles argumentam que se deve agrupar regiões homogêneas, mas colocam num mesmo patamar, por exemplo, São José dos Campos ... Apesar de aceitar debater os projetos apresentados pelo governo, não podemos deixar de registrar de forma antecipada a nossa crítica à forma como o Governo Geraldo Alckmin tratou o assunto até agora e encaminhou a sua proposta para conhecimento da região. Além disso, gostaríamos de tornar público, de forma mais veemente ainda, a nossa indignação à maneira até negligente com que a referida proposta foi elaborada, a ponto dos quatro

projetos terem sido distribuídos com o mesmo erro, apresentando um artigo 14 no qual somente consta o título “Fundo de Desenvolvimento”, sem apresentar qualquer conteúdo.

Nossa região saberá fazer valer sua importância. Haveremos de construir uma nova forma de organização regional que sirva ao desenvolvimento sustentado do Vale do Paraíba.”

5. CONSIDERAÇÕES

Realmente é questionável a proposta da Secretaria de planejamento para o Vale do Paraíba, pois se historicamente os planos para região tinham intenção de desenvolver a região, na prática isso ficou em segundo plano devido ao caráter periférico que o Vale sempre assumiu, e é a mesma forma que assumirá sendo parte da região metropolitana de São Paulo. Assim a contra proposta do deputado Carlinhos de Almeida nos parece interessante por elevar a categoria urbanística da região, é uma proposta que pretende conduzir o Vale para o Vale, e abrir discussão e participação da população.

É plausível analisar os interesses dos municípios componentes da região e descobrir de maneira mais transparente e científica, através dos debates e pesquisas de campo e acadêmicas a fim de encontrar estratégia mais flexível, mais adequada. Sabemos que o aspecto e a vocação de cidades junto a São José dos Campos, devido suas indústrias e instituições, tem potencial de se inserir nos mercados externos, mas cidades como São Luis do Paraitinga, ou Bananal tem pouco a ver com isso. Desejamos então ter um planejamento voltado realmente para a população da região. A idéia do Vale do Paraíba como Região única é uma visão do estrangeiro, que vê a região como corredor de serviços e produção que devem ser subordinados a interesses externos.

Atualmente a região possui condições segundo a constituição estadual e condições econômicas de uma região metropolitana, mas o meio político ainda não regular a relação entre os municípios e o Estado, o novo federalismo tem sido usado para reforçar idéias de globalização, onde o

local deve atender as condições externas, e diferente do nosso olhar, políticos não vêem que isso é a mesma política que criou os desequilíbrios sociais.

Sobre as atuais concepções de planejamento urbano e regional para o Vale do Paraíba não devemos ter ilusões que qualquer uma das propostas citadas resolveriam os diversos problemas e sociais e econômicos do Vale, tão pouco são expressões do potencial regional, estamos apenas começando a engajar novamente, os cidadãos nas discussões políticas do país, e é isso que é positivo de fato. Então encerramos este trabalho com as palavras do professor Wilson Cano, a respeito das Entidades Regionais de Desenvolvimento.

“Parece claro também que, ao contrário do que se verificou no passado, o sucesso das entidades regionais atualmente dependerá de sua capacidade de mobilizar e envolver a comunidade e o setor privado locais. Ademais, para o caso do Estado de São Paulo, o estágio de desenvolvimento alcançado confere-lhes grande potencial para esse enfrentamento. Administrativamente, parece sensato estimular soluções flexíveis e diferenciadas de acordo com cada objetivo específico, em função dos quais se poderá alterar a composição do arcabouço de gestão.

Institucionalmente, as entidades propostas terão de equacionar o relacionamento horizontal entre municipais, evitando a dispersão e os conflitos, e, sobretudo, procurando corrigir distorções como as das cidades dormitórios, áreas de mananciais etc. Por outro lado, seu fortalecimento viabilizará negociações com níveis superiores de governo, inclusive no que diz respeito aos aspectos mais relevantes da economia regional.

Para concluir, cabe chamar a atenção para a responsabilidade das entidades regionais metropolitanas e aglomerados urbanos. As circunstâncias atuais, bem como a mal sucedida experiência passada, sugerem que seu principal papel será a mediação dos interesses localmente colocados, intermediando, por exemplo, as relações entre produtores, financiadores e usuários dos bens e serviços públicos.

A consolidação desse papel será tarefa complexa e não se completará em

curto prazo. Contudo, o debate nessa direção certamente substituíra com vantagem a atual disjuntiva público/privado, em muitos aspectos falseada pela perspectiva neoliberal.”(CANO,W. & SEMEGHINI, U. P.32. 1991.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO,W. & SEMEGHINI, U. Urbanização, desenvolvimento econômico e entidades regionais: reflexões sobre a experiência paulista. In A Nova Organização Regional do Estado de são Paulo. FUNDAP.p23-33. 1991
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de março de 1999.

Fonte IBGE disponível em , Portal Valedoparaiba.com
www.valedoparaiba.com/terragerente/bancode dados/pop_cemsogeral
<http://www.emplasa.sp.gov.br/metropoles/RMsdoBrasil.asp>
<http://www.emplasa.sp.gov.br/metropoles/RmsdeSP.asp>
<http://www.emplasa.sp.gov.br/metropoles/cm e.asp>
<http://www.seplan.sp.gov.br/home/igc/bDownload.htm>
<http://www.carlinhos.org/artman/publish/metropolitana.shtml>
Site oficial do Deputado Carlinhos de Almeida\ www.carlinhos.org.